



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0009124-08.2013.8.17.0000 (0313214-5)

COMARCA : Vicência - Vara Única
IMPETRANTE : Damião Vieira da Silva
PACIENTE : Manoel Flor da Silva
RELATOR : **Des. Nivaldo Mulatinho Filho**
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira

EMENTA: PENAL. PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. PRISÃO EM FLAGRANTE. ESTUPRO DE VULNERÁVEL. PACIENTE SUSPEITO DE SER PORTADOR DE DOENÇA MENTAL. INTERNAÇÃO NO HCTP. NEGATIVA DE AUTORIA. IMPRESCINDÍVEL O EXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO PROBATÓRIO NA VIA ESTREITA DO WRIT. AUSÊNCIA DOS REQUISITOS DA PRISAO PREVENTIVA. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO EVIDENCIADO. ORDEM DENEGADA.

I – A tese de negativa de autoria requer, quando não seja clarividente a sua caracterização, o exame aprofundado do conjunto fático-probatório, vedado na via estreita do writ.

II – A manutenção da custódia cautelar fundamenta-se na garantia da ordem pública, estando presentes a materialidade do crime e os indícios suficientes de autoria.

III – Ordem denegada. Decisão unânime.

ACÓRDÃO

Vistos, relatados e discutidos os autos do **Habeas Corpus nº 0293949-5**, no qual figuram como partes as retronominadas, **ACORDAM** os desembargadores componentes da Terceira Câmara Criminal, do Tribunal de Justiça do Estado de Pernambuco, à **unanimidade, em denegar a ordem**, nos termos do relatório e votos anexos, que passam a integrar este julgado.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



HABEAS CORPUS Nº 0009124-08.2013.8.17.0000 (0313214-5)

COMARCA : Vicência - Vara Única
IMPETRANTE : Damião Vieira da Silva
PACIENTE : Manoel Flor da Silva
RELATOR : Des. Nivaldo Mulatinho Filho
PROCURADOR : Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira

RELATÓRIO

O Bel. Damião Vieira da Silva impetrou a presente ordem de *Habeas Corpus*, com pretensão liminar, em favor de **MANOEL FLOR DA SILVA**, ambos qualificados na inicial, apontando como autoridade coatora o Juízo de Direito da Vara Única da Comarca de Vicência - PE, Juízo perante o qual responde ao Processo Crime nº 0000402-95.2013.8.17.1580, por ter supostamente cometido o delito capitulado no **Artigo 217-A, § 1º, do Código Penal**. Atualmente internado no Hospital de Custódia e Tratamento - HCTP, neste Estado.

Informa o impetrante que o seu constituinte é portador de doença mental e que o Presídio de Limoeiro – PE, local onde o ora Paciente encontra-se preso não oferece as mínimas condições de tratar da sua saúde.

Diz, ainda, que o mesmo não praticou o delito pelo qual está sendo acusado, uma vez que foi declarado absolutamente incapaz nos autos da Ação de Interditado, processo de n. 459.2008.000174-3.

Sendo assim, requer a concessão da ordem de *Habeas Corpus*, por não haver o ora paciente cometido qualquer crime.

A impetração veio acompanhada dos documentos de fls. 05/13.

Negado o pedido liminar (fls. 19/20), foram solicitadas informações à Autoridade coatora, que a prestou à fl. 27.

A douta Procuradoria de Justiça, na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, em seu Parecer às fls. 40/41, opina pela denegação da ordem de *Habeas Corpus*.

É o relatório.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



VOTO

Cuida-se de *Habeas Corpus* liberatório, com pedido liminar, onde o Impetrante alega que o paciente **MANOEL FLOR DA SILVA** está sofrendo constrangimento ilegal, tendo em vista que a Unidade Prisional em que o mesmo se encontra preso não oferece as mínimas condições de tratar da sua saúde, pois, é portador de doença mental e por tal razão não cometeu o crime descrito na Denúncia. Em face do exposto, requer a concessão da ordem de Habeas Corpus, com a consequente expedição de alvará de soltura (fls. 28/29).

Extrai-se da Denúncia de fls. 28/29, em síntese, que o denunciado, ora Paciente no dia 21 de julho de 2013, por volta das 11:00 horas, na residência localizada na Rua Samuel de Araújo Lima, s/n, Angélicas, Vicência /PE, estuprou a vítima **MANOEL MESSIAS JOSÉ DOS SANTOS**, de apenas 13 (treze) anos de idade e portador de deficiência mental.

Consta que o denunciado, no dia e hora acima mencionados, atraiu a vítima para sua casa e lá praticou com ela ato libidinoso e que tal prática seria reiterada, bem como que a Vítima não ofereceu resistência em razão da deficiência mental de que é portadora (fl. 28).

O Juiz monocrático, à fl. 27, relata o andamento do processo originário, informando que o Ministério Público requereu a decretação da internação provisória bem como a realização de exame de insanidade mental do acusado. Informa, ainda, que o processo encontra-se aguardando a resposta da perícia pelo HCTP.

Ora, de acordo com a Decisão de fl. 30, o ora paciente **MANOEL FLOR DA SILVA** foi encaminhado ao Hospital de Tratamento Psiquiátrico, em 06/08/2013, a fim de ser submetido à realização de exame de insanidade mental, tendo em vista haver dúvida acerca da higidez mental do acusado.

A apreciação da tese de que o Paciente não cometeu o crime em tela por ser portador de doença mental grave defendida pelo Impetrante só



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



excepcionalmente pode ser conhecida pela via processual eleita, o que ocorre quando resulta extreme de dúvida a inocência do acusado, sendo certo que o exame mais aprofundado do conjunto fático-probatório, o que seria necessário no caso concreto presente, dos autos originários constitui incursão no mérito da ação penal, de competência do juiz de 1º grau, o que implicaria em supressão de instância.

A douta Procuradoria de Justiça na pessoa do Dr. Adalberto Mendes Pinto Vieira, opinou no sentido de **que seja denegada** a presente ordem de *habeas Corpus*, tendo em vista que *"a verificação da subsunção ao tipo legal, se o paciente praticou os delitos de estupro de vulnerável, é matéria que envolve a ampla apreciação do conjunto fático probatório, sendo impossível essa análise na via eleita"*. Assevera, ainda, que o paciente não se encontra mais no Presídio de Limoeiro, portanto, somente após o incidente de insanidade mental é que o juízo poderá ter certeza sobre a possibilidade da absolvição imprópria ou se o paciente será condenado pelo delito de estupro de vulnerável. (fls. 40/41).

O writ, como se sabe, não se destina à análise do mérito das provas constantes dos autos. É uma medida urgente, para fazer cessar uma coação ou abuso à liberdade de ir, vir e ficar, mas é via exígua para analisar o conjunto probatório.

Nesses termos, a jurisprudência já decidiu, *verbis*:

"HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO - HOMOLOGAÇÃO DA PRISÃO EM FLAGRANTE DO PACIENTE - PRETENDIDO TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL - ALEGADA AUSÊNCIA DE JUSTA CAUSA - IMPUTAÇÃO AO AGENTE DE FATO TÍPICO - INDÍCIOS SUFICIENTES DE AUTORIA - NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO PROBATÓRIO - TRANCAMENTO DA AÇÃO PENAL INCABÍVEL, NA ESPÉCIE, PELA VIA ESTREITA DO HABEAS CORPUS - DENEGAÇÃO DA ORDEM" (TJSC - HC 2005.001995-6, Rel. Des. Caio Alencar, Câmara Criminal, Publicação 04/05/05) – destaque nosso.

"PROCESSO PENAL. HABEAS CORPUS LIBERATÓRIO. PRISÃO EM FLAGRANTE. TRÁFICO ILÍCITO DE ENTORPECENTE. ALEGAÇÃO DE INOCÊNCIA. ANÁLISE APROFUNDADA DO CONJUNTO PROBATÓRIO. IMPOSSIBILIDADE. MATERIALIDADE E INDÍCIO SUFICIENTE DE AUTORIA. NECESSIDADE DA MEDIDA. DENEGAÇÃO DA ORDEM" (TJSC - HC 2004.001184-9, Tribunal Pleno, Rel. Des. Cristovam Praxedes, Publicação 02/07/04) – grifo nosso.



PODER JUDICIÁRIO DO ESTADO DE PERNAMBUCO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA
Gab. Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Terceira Câmara Criminal



A propósito, o Superior Tribunal de Justiça assim posicionou-se no julgamento do Habeas Corpus 32.533/PR, Sexta Turma, Relator Min. Paulo Medina, julgado em 06.09.2005, cuja ementa possui o seguinte teor:

"PROCESSUAL PENAL. HABEAS CORPUS. NEGATIVA DE AUTORIA. FALTA DE JUSTA CAUSA. NECESSIDADE DE EXAME APROFUNDADO DO CONJUNTO FÁTICO-PROBATÓRIO. PRISÃO PREVENTIVA. FUNDAMENTAÇÃO SUFICIENTE. REQUISITOS DO ART. 312 DO CPP. CONSTRANGIMENTO ILEGAL NÃO CARACTERIZADO. ORDEM DENEGADA".

Pelo exposto, tenho como insubsistentes as alegações constantes na inicial, e, em consonância com o parecer da douta Procuradoria de Justiça Criminal, **denego a ordem** pleiteada.

Recife, 25 de setembro de 2013.


Des. Nivaldo Mulatinho Filho
Relator